

RETRANCA

INFORMATIVO DO SINDICATO DOS JORNALISTAS PROFISSIONAIS NO ESTADO DO PIAUÍ - NOVEMBRO DE 1997 - Nº 03



ARES

Campanha Salarial 1998 - A luta é de todos



RETRANCA

Sindicato dos Jornalistas
Profissionais no Estado do Piauí

DIRETORIA EXECUTIVA

- Presidente
Kenard Krueel
- Vice-Presidente
José Olímpio L. de Castro
- 1º Secretário
Olivian Freitas Rodrigues
- 2º Secretário
Marcelino Tavares Neto

**SUPLENTES
DA DIRETORIA**

- Luiz Carlos de oliveira
- Edmilson Francisco da Silva
- Fenranda Lemos de Melo Lobo
- Juraci Francisco de Santana

CONSELHO FISCAL

- José Medeiros Santos
- Pedro Alcantara Nascimento
- Salomão Pereira Sobrinho

SUPLENTES

- Severino de Sousa Neto
- Maria Lúcia Sabino Bezerra
- Francisco Gilásio da Silva Sousa

**RERPRESENTANTES
JUNTO À FENAJ**

- Francisco de Paulo A. Oliveira
- Luiz Carlos de Oliveira Silva
- Joaquim da Costa Lobo Filho
- Manoel Fernando M. Mendes

EDITORACÃO ELETRÔNICA

Zodiaco Editora
Rua David Caldas, 195 Sul
Teresina - Piauí CEP 64.000-190
Fones (086) 221 9272 - 221 0130

FOTOLITO E IMPRESSÃO
GRÁFICA MEIO NORTE



Campanha Salarial 1998

Estamos em processo de Campanha Salarial. A nossa data-base é fevereiro. Portanto, vamos garantir reuniões diárias em todos os locais de trabalho como forma de, unidos, pressionar os empresários para que tenhamos novas conquistas para a categoria. Atualmente o nosso piso é de R\$ 520,00 (Quinhentos e Vintes Reais). Queremos um piso maior. Devemos, para maior reforço, lembrar que piso não é salário e sim uma referência para ele.

Vamos combater o exercício ilegal e irregular da profissão. Várias redações estão abrigando pessoas não habilitadas para o jornalismo, o que constitui crime de falsidade ideológica. A DRT-PI já foi acionada diversas vezes e já temos elementos suficientes para ingressar com ação mais enérgica nos órgãos específicos. Se você sabe de alguma pessoa ilegal ou irregular no seu local de trabalho, não se acanhe. Use o telefone e faça a denúncia junto ao Sindicato. A defesa da profissão cabe a todos.

Neste número estamos publican-
do o Acordo Coletivo de Trabalho em

vigor para que todos possam ler e debater novas propostas. As sugestões devem ser encaminhadas, por escrito, para a sede do nosso Sindicato. Estamos com plantão permanente para atender a todos.

Quem quiser fazer reunião independente das marcadas pelo Sindicato, pode fazer. Solicitamos apenas que haja uma comunicação depois para sabermos o que a base está pensando. Devemos lembrar que nenhum acordo pode vigorar sem a concordância do Sindicato. Por isso ele se chama Coletivo.

O Sindicato, este ano de 1998, vai criar o Banco de Emprego e reativar o Fundo Desemprego justamente para colaborar com os companheiros que se encontram desempregados ou estejam precisando de uma mão para sair de algum apertreio. Além disso, vai fazer parceria com várias empresas para garantir cursos de capacitação profissional para quem deles precisar, tipo computação, português, línguas, diagramação, editoria, fotografia, voz, postura, programação visual, desenho, direito

trabalhista etc. Estamos abertos para sugestões de cursos.

Um aviso aos navegantes. A nossa maior meta para 1998 será conseguir o enquadramento do jornalista do serviço público. Luta esta que se trava há muito tempo. Mas, acreditamos que agora, em 1998, iremos conquistar mais esta vitória. A Comissão composta para resolver tal pendência já avançou muito nas negociações. E o sinal verde já existe tanto no governo do Estado quanto na Prefeitura de Teresina. Os deputados e os vereadores estão sensíveis ao assunto e prometem colaborar com a matéria.

Os jornalistas do serviço público estão convocados a dar a sua contribuição, pressionando os seus chefes e mantendo contato permanente com a Comissão encarregada de cuidar do assunto, que tem como presidente Glória Sandes, uma das profissionais mais atuantes do nosso Estado. O advogado Paulo Machado, grande conhecedor da matéria, está nos auxiliando gratuitamente. A ele, nossos agradecimentos, mais uma vez.

Acordo Coletivo de Trabalho / 1997

Por meio deste instrumento, de um lado o Sindicato dos Jornalistas Profissionais no Estado do Piauí, entidade sindical investida de representação da categoria, com sede nesta capital, na rua Desembargador Freitas, 1542, por seu presidente abaixo assinado, doravante designado Sindicato, e, do outro, as empresas proprietárias de veículos de comunicação, por seus empregadores e/ou advogados, doravante designados empresas, instituem entre si as seguintes cláusulas, que passam a integrar os Contratos de Trabalho dos Jornalistas a serviço das referidas empregadoras, tudo conforme abaixo se declara:

Cláusula 1ª - A vigência do presente Acordo é de um ano, a contar de 01/02/97 a 31/01/98, podendo ser revisto em parte ou no todo por solicitação de qualquer das partes.

Cláusula 2ª - O Acordo abrange todos os jornalistas que trabalhem em empresas de comunicação.

Cláusula 3ª - O piso salarial da categoria profissional terá, a partir da vigência deste Acordo, o valor de R\$ 520,00 (Quinhentos e Vinte Reais). Os salários dos jornalistas serão corrigidos pela política oficial.

Parágrafo Único - Ficam assegurados, para efeito de cumprimento deste instrumento normativo, os salários acordados entre as Empresas e seus jornalistas, desde que não sejam inferiores ao piso salarial contido nesta cláusula.

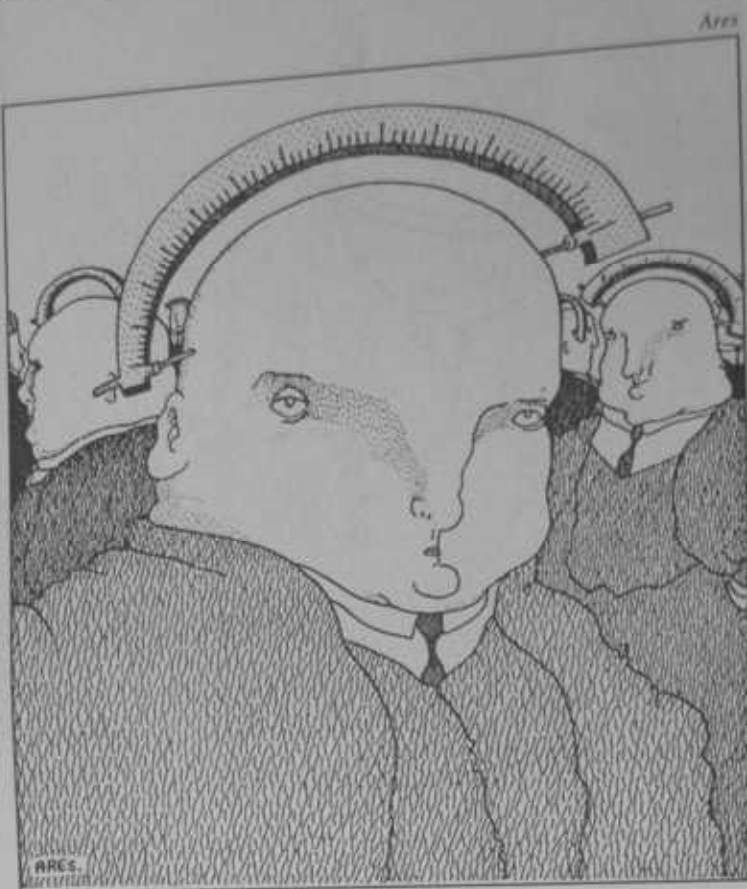
Cláusula 4ª - Fica acordado que o pagamento dar-se-á até o quinto dia útil do mês subsequente, em espécie. Se em cheque, caso o quinto dia útil seja uma sexta-feira ou véspera de feriado, o pagamento será antecipado para o dia imediatamente anterior.

Cláusula 5ª - Aos jornalistas será concedido de acordo com a situação das empresas, adiantamento salarial entre 30% e 40%, entre os dias 15 e 20 do mês.

Cláusula 6ª - Os repórteres fotográfico, cinematográfico ou cinegrafista farão jus à taxa de insalubridade prevista em lei.

Cláusula 7ª - Fica assegurado aos jornalistas anuênio de 2%, computados por tempo de empresa.

Cláusula 8ª - As Empresas farão seguro no valor mínimo de R\$



10.000,00 (dez mil reais), em favor dos jornalistas.

Cláusula 9ª - As Empresas pagarão as diárias aos jornalistas de acordo com o salário de cada um.

Cláusula 10ª - As Empresas pagarão para os empregados em gozo de auxílio-doença concedido pela Previdência Social, no período contado entre o 16º (décimo sexto) e 45º (quadragésimo quinto) dia de afastamento, uma complementação salarial. A aludida complementação corresponderá à diferença entre o que a Previdência Social pagar e o salário fixo do empregado anotado na Carteira Profissional.

Parágrafo Único - Quando o empregado não tiver direito ao auxílio previdenciário ou acidentário, por não ter ainda completado o período de carência exigido pela Previdência Social, a Empresa pagará o seu salário nominal entre o 16º (décimo sexto) e 45º (quadragésimo quinto) dia de afastamento.

Cláusula 11ª - Readmitido o empregado no prazo de um ano na função que exercia, não será celebrado novo contrato de experiência, desde que cumprido integralmente o anterior.

Cláusula 12ª - As Empresas ficam obrigadas a registrar em carteira o contrato de trabalho a função exercida pelo jornalista, nos termos do Decreto nº 83.284/79, Artigo 11.

Cláusula 13ª - Nos casos de viagem por ordem expressa da empresa, esta indenizará as despesas de transporte, alimentação, hospedagem e outras necessárias à realização do trabalho, mediante comprovação pelo jornalista, fazendo a empresa adiantamento do valor das despesas estimadas.

Cláusula 14ª - Ao jornalista afastado dos serviços em decorrência de determinação médica fica assegurado o direito à estabilidade no emprego por 30 (trinta) dias a contar do retorno ao trabalho com a competente alta médica.

Cláusula 15ª - A prorrogação da jornada de trabalho, em caráter permanente por mais de 2 horas, só será permitida com o pagamento adicional mínimo de 70% da remuneração percebida pelo jornalista mediante alteração no contrato de trabalho, anotada na Carteira de Trabalho e Previdência Social.

Parágrafo Único - A extensão da jornada de trabalho, além das 7 ho-

ras, só será permitida em caráter transitório e nos casos de força maior, sendo assegurado ao empregado o pagamento adicional de 100% por hora excedente. As Empresas obrigam-se a comunicar à Delegacia Regional do Trabalho, no Piauí, os motivos da excepcionalidade.

Cláusula 16ª - Os jornalistas que prestarem serviço no período das 22 às 5 horas farão jus a um adicional noturno de 25% sobre o valor do salário hora diurno, por hora de trabalho noturno que prestarem.

Parágrafo Único - Aos jornalistas que desempenharem suas funções no período referido no "CAPUT", as Empresas assegurarão o transporte entre o local de trabalho e a residência do empregado ou, a critério das partes, custeará as despesas de transporte.

Cláusula 17ª - Os jornalistas que trabalharem entre 10 e 15 horas terão direito a uma refeição.

Cláusula 18ª - Fica instituída a estabilidade provisória à jornalista gestante desde o início da gravidez até 40 dias após o término do benefício previdenciário, salvo no contrato de experiência.

Cláusula 19ª - Fica assegurada ao jornalista o pagamento previsto na legislação trabalhista, quando convocado para trabalhar no dia de folga semanal nos termos do Decreto 94.591, de 10/07/87, resguardando o direito à folga em dia subsequente e a alternância dos domingos, salvo acordo entre as partes.

Cláusula 20ª - O Sindicato será ouvido sobre o exato enquadramento de função de cada jornalista, nos termos do parágrafo único do Art. 11 do Decreto 83.284, de 13/03/79, quando da sua contratação pela empresa.

Cláusula 21ª - O repórter fotográfico que utilizar o seu equipamento a serviço da empresa receberá um adicional de 70% (setenta por cento) sobre o seu salário. O uso de equipamento próprio terá que ser combinado entre as partes, ficando as Empresas obrigadas pelo conserto ou indenização, no caso de danos ocorridos.

Cláusula 22ª - Nenhum jornalista será compelido a fazer ou revisar matéria, com fins publicitários, para jornal, TV, revista ou rádio. Caso haja con-

cordância, ser-lhe-á destinado pagamento combinado entre as partes. O jornalista obriga-se, contudo, a fiscalizar para que o material produzido seja editado com sinais característicos de matéria publicitária.

Cláusula 23ª - As Empresas se comprometem a não demitir jornalista com mais de 10 (dez) anos de casa e que esteja a até um ano para adquirir o direito de aposentadoria integral.

Cláusula 24ª - As Empresas não descontarão dos dias de serviço dos jornalistas eleitos em assembleia-geral para participar de seminários, encontros, congressos, conferências, que tratem do interesse da categoria, durante a realização do evento, desde que solicitado por escrito e que não seja mais de 1 (um) empregado por empresa.

Cláusula 25ª - As Empresas se comprometem a enviar mensalmente ao Sindicato uma relação contendo as admissões e dispensas dos seus quadros de empregados, bem como a descontar a mensalidade do Sindicato, a partir do ingresso do jornalista na empresa mediante a apresentação de requerimento assinado pelo jornalista e homologado pelo Sindicato.

Parágrafo Único - A suspensão do desconto de que trata este artigo somente poderá ocorrer mediante a apresentação de requerimento assinado pelo jornalista e homologado pelo Sindicato.

Cláusula 26ª - As Empresas dispõem do prazo de até dois dias do pagamento para depositar as mensalidades de todos os jornalistas na conta do Sindicato. Findo o mesmo, as Empresas estarão sujeitas às penalidades da lei, além das penalidades previstas neste acordo.

Cláusula 27ª - Os empregados estudantes, quando do comparecimentos às provas escolares obrigatórias, desde que as Empresas sejam avisadas com antecedência mínima de 24 horas, poderão compensar o horário de falta antes ou após a sua jornada de trabalho, uma vez comprovada a realização da atividade.

Cláusula 28ª - As Empresas, na forma da lei, concederão crédito aos textos, ilustrações, fotografias etc, que sob hipótese alguma devem ser de pessoas não habilitadas, de acordo com a lei que regulamenta a profissão.

Cláusula 29ª - As Empresas ficam obrigadas a fornecer vale-transporte quando solicitado pelos jornalistas, de acordo com a lei.



Cláusula 30ª - Ficam as Empresas obrigadas a fornecer os meios necessários para o deslocamento de seus jornalistas quando em atividades extras.

Cláusula 31ª - A critério das Empresas e com a concordância dos jornalistas, por escrito, os deslocamentos poderão ser feitos em veículos de propriedade destes, devendo haver o reembolso dos gastos com combustíveis, pedágio e taxas de estacionamentos. Em caso de acidentes, sem culpa comprovada dos jornalistas, a empresa será obrigada a cobrir os gastos relativos à recuperação dos veículos, desde que o culpado não seja identificado.

Parágrafo Único - Em caso de roubo ou furto, as empresas serão obrigadas a pagar o valor de mercado do veículo ao jornalista prejudicado, desde que obedecidas as condições da Cláusula acima.

Cláusula 32ª - As Empresa comprometem-se a colocar grade de proteção nos carros de reportagem de sua propriedade, de forma a separar os empregados dos equipamentos transportados, com objetivo de prevenir acidentes. Na liberação de transporte de serviço, as empresas comprometem-se a verificar se os veículos encontram-se em perfeitas condições de segurança e funcionamento.

Cláusula 33ª - As Empresas pagarão auxílio-funeral no valor de um piso salarial da categoria, pelo falecimento do cônjuge e de filhos menores de 18 anos, mediante a apresentação do devido atestado, no prazo máximo de 30 (trinta) dias após o óbito.

Cláusula 34ª - O jornalista com menos de 1 (um) ano de serviço que rescindir espontaneamente o seu Contrato de Trabalho fará jus a férias proporcionais de 1/12 (um doze) avos para cada mês completo de efetivo serviço.

Parágrafo Único - É considerado mês completo de serviço o período igual ou superior a 15 (quinze) dias de trabalho efetivo.

Cláusula 35ª - O jornalista dispensado sob alegação de falta grave deverá ser avisado do fato por escrito e contra-recibo, esclarecendo-se claramente o motivo.

Cláusula 36ª - As Empresas divulgarão a data fixada para a eleição dos representantes da CIPA, com pelo menos 30 (trinta) dias de antecedência, dando publicidade inteira da convocação e do resultado da eleição, enviando cópias para o Sindicato.

Cláusula 37ª - As Empresas concederão gratuitamente nas publicações oficiais do Sindicato, tais como editais, avisos, notas etc., bem como

enviarão regularmente um exemplar diário de suas publicações para a sede do Sindicato.

Cláusula 38ª - As Empresas que exigirem o uso de vestuário específico, para o desempenho de suas funções, ficam obrigadas a fornecer semestralmente um jogo completo da vestimenta exigida.

Cláusula 39ª - As Empresas devem adotar o sistema do salário-entrega, fornecendo aos empregados, ou aos filhos destes, nos termos do Decreto-Lei nº 1.422, regulamentado pelo Decreto nº 87.043/83.

Cláusula 40ª - As Empresas obrigam-se a liberar os jornalistas detentores de mandato sindical na diretoria executiva, como presidente, secretário-geral e tesoureiro, a pedido deste, sem prejuízo para as empresas.

Parágrafo Único - A obrigação das Empresas ao disposto nesta cláusula compreende a liberação de apenas um dos diretores mencionados, indicado pelo Sindicato, caso dois ou mais pertençam à mesma empresa.

Cláusula 41ª - Os dirigentes sindicais terão livre acesso ao quadro de aviso das empresas para informes do Sindicato.

Cláusula 42ª - Os empregadores farão os pagamentos dos jornalistas mediante contracheque, com uma via para o empregado discriminando-se salários, vencimentos, gratificações e descontos.

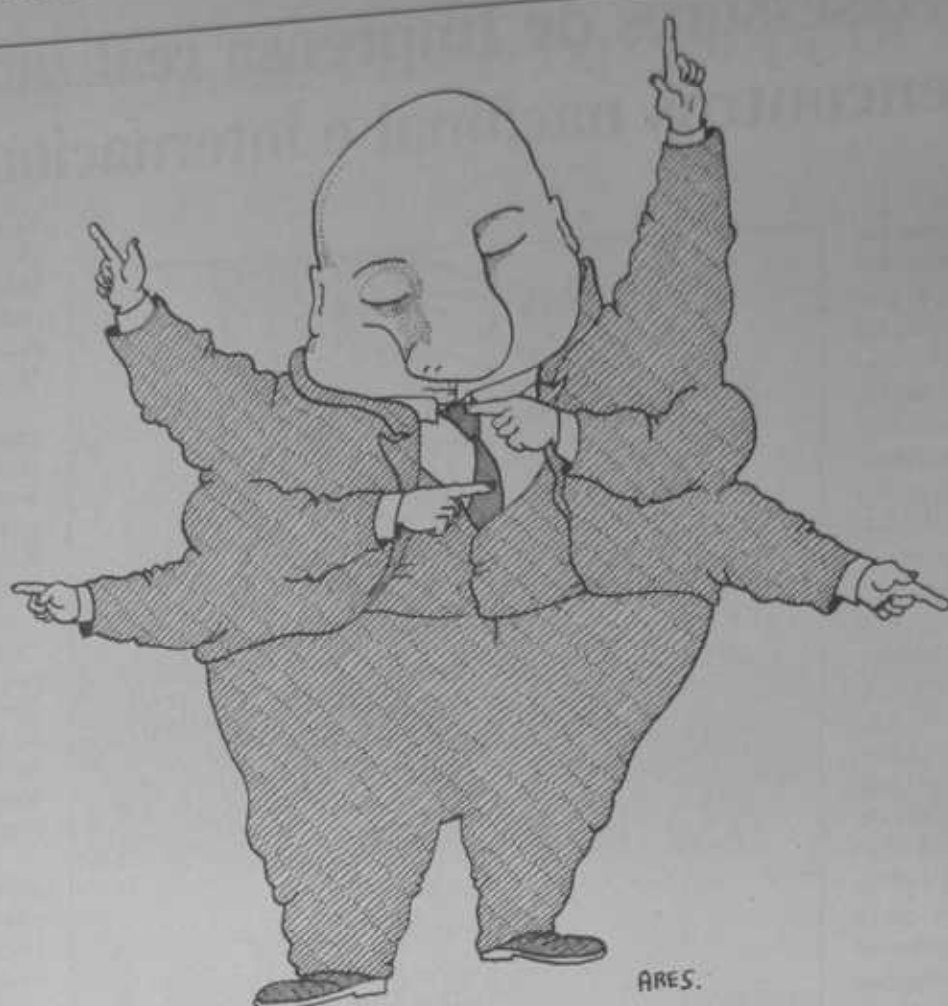
Cláusula 43ª - Fica estipulada multa de 20% (vinte por cento) do salário normativo da categoria pelo não cumprimento de qualquer das cláusulas deste Acordo, após a devida apuração pelo órgão normativo fiscalizador.

Cláusula 44ª - Fica mantido 1º de fevereiro como data-base da categoria.

Cláusula 45ª - Este acordo terá vigência até a assinatura de um novo Acordo Coletivo de Trabalho.

Cláusula 46ª - Para que o presente Acordo Coletivo de Trabalho produza os efeitos legais e torne obrigatório para os acordistas, em obediência aos termos do Art. 614 da CLT, requerem desde já seu depósito na Delegacia Regional do Trabalho, no Piauí, para fins de registro. E por assim estarem de pleno acordo, os acordantes assinam o presente instrumento de Acordo Coletivo de Trabalho em uma via.

RETRANCA



Jornalistas debatem questão salarial

O Sindicato dos Jornalistas Profissionais no Estado do Piauí estuda uma proposta para aumentar o piso salarial da categoria dos atuais R\$ 520,00 para R\$ 800,00 no Acordo Coletivo de Trabalho para 1998, informa o presidente Kenard Krueel.

O piso salarial está muito abaixo da realidade devido ao contexto econômico do país, disse Ana Kelma Gallas, do jornal O Dia.

Ana Kelma faz uma análise histórica para o problema da despolitização do sindicato. Ela cita a inserção de jornalistas não formados no mercado de trabalho antes do reconhecimento do curso de Comunicação Social em 1992. Kelma vai mais além e diz que os alunos estão saindo da universidade sem uma formação política capaz de consolidar uma representatividade do sindicato. "O problema do Sindicato é que ele sempre foi ocupado por dois segmentos que nunca desenvolveram um projeto político que integrasse a entidade junto aos jornalistas", lamentou.

Com relação a questão salarial ela acredita que o fato de o Sindicato permanecer desarticulado até hoje acaba resultando no enfraquecimento de um movimento mais organizado capaz de reivindicar melhores condições de trabalho e um salário mais justo para a categoria.

Para Luis Carlos Oliveira, também de O Dia, as perdas salariais e as desvantagens em relação as outras categorias são decorrentes da omissão e da falta de consciência da categoria para a importância do jornalista na formação da sociedade. "É preciso que o jornalista tenha consciência do seu papel, lute ativamente e que o Sindicato esteja mobilizado dentro da sociedade", ressaltou.

Na opinião de Osório Júnior, editor de cultura do jornal Meio-Norte, o piso atual é muito pouco e não atende aos interesses da categoria. "A proposta deveria ser em torno de R\$ 1.000,00", frisou. Osório também cobra do sindicato mais ação em defesa

da profissão e uma maior participação de todos os associados na hora de negociar com os empresários o acordo coletivo. "A própria diretoria não tem uma boa referência da categoria para mobilizar uma campanha salarial", reclamou.

Para o vice-presidente do Sindicato José Olímpio Leite de Castro a questão salarial deve ser discutida pela categoria todos os dias e não pela entidade apenas no período da data-base. O jornalista deve, segundo ele, saber o seu valor e cobrar da empresa onde trabalha o salário que ele acha justo. O Piso da categoria é apenas um parâmetro. Antes, sem ele, quase todos os jornalistas ganhavam apenas o salário mínimo. Naquela época, ressaltou, tinha jornalista que nem ganhava salário na empresa porque quem fazia o seu pagamento era o governo. Hoje as coisas mudaram. O governo já não paga mais salário de ninguém e a imprensa está livre para cumprir com o seu papel de bem informar a opinião pública.

O secretário geral do Sindicato Olivan Rodrigues rebate as críticas de que a entidade não tem uma política para a categoria. Pelo contrário, a categoria é que não tem uma política para o Sindicato. Os jornalistas não se mobilizam, não discutem a vida do sindicato. A maioria, inclusive, não paga as mensalidades e nem participa das assembleias gerais ou outras reuniões e eventos que sempre o Sindicato está promovendo.

O presidente do Sindicato Kenard Krueel disse que para o ano de 1998 tem vários projetos acertados, visando colocar a entidade no patamar de satisfação junto a categoria. Mas, para isso, é necessário que haja um retorno por parte de todos, principalmente no que diz respeito ao pagamento das mensalidades. No momento, a arrecadação é sofrível, mal dando para pagar os funcionários. E sem caixa pouco se pode fazer.

Em 98 a cobrança será bancária tanto para os associados que trabalham na redação quanto para os autônomos.

Assessores de Imprensa realizam encontros nacional e internacional

É inegável o preconceito que ainda persiste contra os Assessores de Imprensa dentro da própria categoria dos jornalistas. Mais um exemplo dele foi a matéria publicada na edição de 20 de agosto da revista Veja, cujo texto reconhece a oportunidade de empregos para jornalistas nas Assessorias de Imprensa, mas alega que elas "funcionam como uma espécie de antijornalismo - às vezes escondendo notícias, muitas vezes até mentindo".

Afirmações como essas, generalizando algumas situações, podem acabar passando por desinformados ou levianos. Pelo menos, não mais estarão discordar disto os jornalistas em Assessoria de Imprensa que participaram do XI Encontro Nacional da categoria, em Fortaleza, entre os dias 22, 23 e 24 de outubro próximo passado. Paralelamente, aconteceu no mesmo local e período o 1º Encontro Internacional de Jornalistas em Assessoria de Imprensa no Mercosul.

O serviço de assessoria de imprensa já evoluiu e se profissionalizou bastante, principalmente a partir da década de 90, com um número maior de multinacionais ingressando no país e exigindo uma qualificação bem melhor desses funcionários que fazem a ponte entre os órgãos de imprensa e os exe-

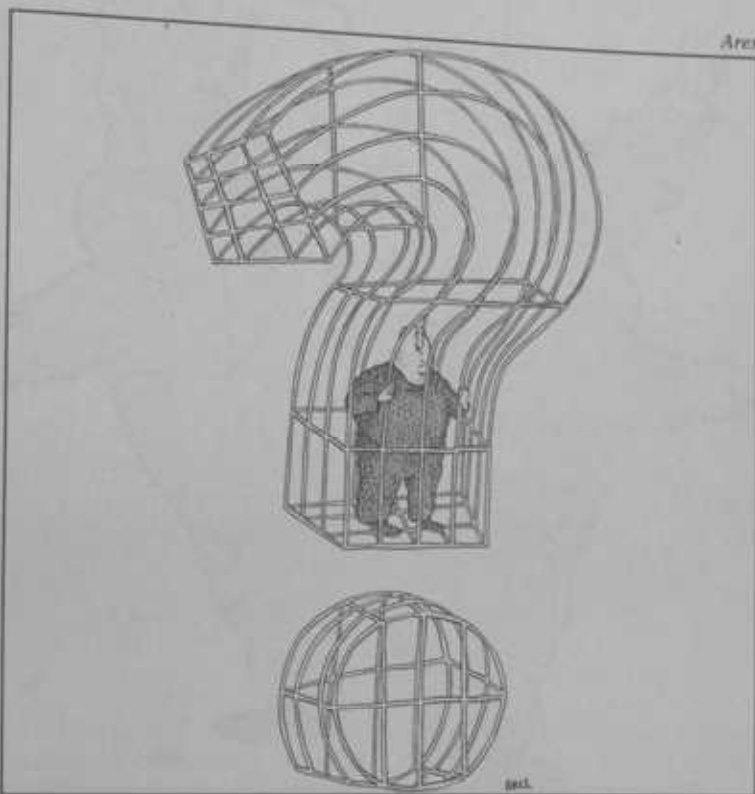
cutivos das empresas e instituições. Uma realidade diferente daquela normalmente vista na época da ditadura, quando diversas assessorias tinham como principal papel o de fazer a apologia do regime e esconder atos de tortura ou repressão.

Essa nova perspectiva é que o ENJAI e o EINJAI-SUL pretendem enfocar, abordando o tema "Assessor Além-Fronteiras: uma nova rota para o presente". "Além-Fronteiras" porque, em tempos de globalização, esse profissional deve estar cada vez mais qua-

lificado e consciente das transformações tecnológicas e sociais por que passa o Brasil, especialmente no contexto do Mercosul.

Entrando em questões como regulamentação da função, mercado de trabalho, terceirização, trabalho free lance e visão empresarial do setor, pretende colocar na mesa de discussão durante esses encontros uma série de assuntos cruciais para um tipo de profissional de jornalismo que, em alguns estados brasileiros, já supera, em número, os jornalistas atuando nas redações. É o caso do próprio Ceará, onde segundo o presidente do Sindicato dos Jornalistas Profissionais do estado, Moacir Maia, os assessores de imprensa já chegam a 60% de toda categoria.

E, crescendo como tem crescido o número desses profissionais, é fundamental refletir sobre o perfil que ele terá de ter para enfrentar as exigências de um mercado muito mais competitivo e especializado. Por sinal, os assessores ganharam matéria de capa na Revista Lide, nº 2, do Sindicato dos Jornalistas do Município do RJ. Na matéria, é apresentada uma regra de ouro para a formação de um bom perfil de assessor, que contradiz o publicado na Veja: "mentir é algo que um assessor jamais poderá fazer em nome do cliente".



Casa da Poesia

Projeto Poesia no Varejo: Poeta Neto Sambaíba

Rua David Caldas, 195, Sul - Teresina - Piauí - Fones (086) 221 8332 - 221 0130 - 221 9272 - 221 6335

Assessores de Imprensa realizam encontros nacional e internacional

É inegável o preconceito que ainda persiste contra os Assessores de Imprensa dentro da própria categoria dos jornalistas. Mais um exemplo dele foi a matéria publicada na edição de 20 de agosto da revista Veja, cujo texto reconhece a oportunidade de empregos para jornalistas nas Assessorias de Imprensa, mas alega que elas "funcionam como uma espécie de antijornalismo - às vezes escondendo notícias, muitas vezes até mentindo".

Afirmações como essas, generalizando algumas situações, podem acabar passando por desinformados ou levianos. Pelo menos, não mais estarão discordar disto os jornalistas em Assessoria de Imprensa que participaram do XI Encontro Nacional da categoria, em Fortaleza, entre os dias 22, 23 e 24 de outubro próximo passado. Paralelamente, aconteceu no mesmo local e período o 1º Encontro Internacional de Jornalistas em Assessoria de Imprensa no Mercosul.

O serviço de assessoria de imprensa já evoluiu e se profissionalizou bastante, principalmente a partir da década de 90, com um número maior de multinacionais ingressando no país e exigindo uma qualificação bem melhor desses funcionários que fazem a ponte entre os órgãos de imprensa e os exe-

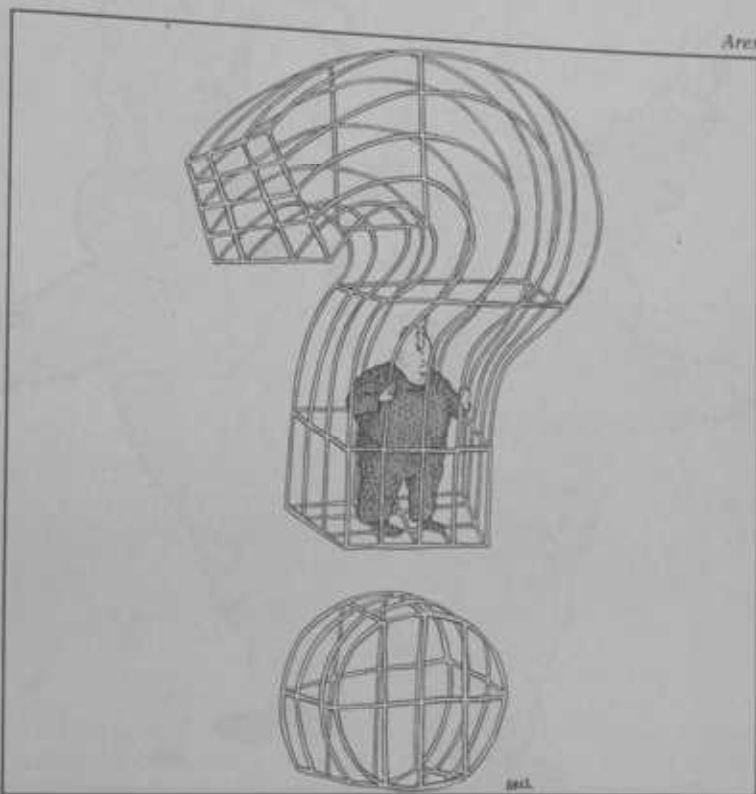
cutivos das empresas e instituições. Uma realidade diferente daquela normalmente vista na época da ditadura, quando diversas assessorias tinham como principal papel o de fazer a apologia do regime e esconder atos de tortura ou repressão.

Essa nova perspectiva é que o ENJAI e o EINJAI-SUL pretendem enfocar, abordando o tema "Assessor Além-Fronteiras: uma nova rota para o presente". "Além-Fronteiras" porque, em tempos de globalização, esse profissional deve estar cada vez mais qua-

lificado e consciente das transformações tecnológicas e sociais por que passa o Brasil, especialmente no contexto do Mercosul.

Entrando em questões como regulamentação da função, mercado de trabalho, terceirização, trabalho free lance e visão empresarial do setor, pretende colocar na mesa de discussão durante esses encontros uma série de assuntos cruciais para um tipo de profissional de jornalismo que, em alguns estados brasileiros, já supera, em número, os jornalistas atuando nas redações. É o caso do próprio Ceará, onde segundo o presidente do Sindicato dos Jornalistas Profissionais do estado, Moacir Maia, os assessores de imprensa já chegam a 60% de toda categoria.

E, crescendo como tem crescido o número desses profissionais, é fundamental refletir sobre o perfil que ele terá de ter para enfrentar as exigências de um mercado muito mais competitivo e especializado. Por sinal, os assessores ganharam matéria de capa na Revista Lide, nº 2, do Sindicato dos Jornalistas do Município do RJ. Na matéria, é apresentada uma regra de ouro para a formação de um bom perfil de assessor, que contradiz o publicado na Veja: "mentir é algo que um assessor jamais poderá fazer em nome do cliente".



Casa da Poesia

Projeto Poesia no Varejo: Poeta Neto Sambaíba

Rua David Caldas, 195, Sul - Teresina - Piauí - Fones (086) 221 8332 - 221 0130 - 221 9272 - 221 6335

RETRANCA

Estudantes ganham novo espaço para estudo

Os estudantes de Teresina já dispõem de um novo espaço para estudos e pesquisas. O governador Mão Santa inaugurou no último dia 31 de outubro as novas instalações da Biblioteca "Dr. Oscar Braga Filho", em homenagem ao veterinário e servidor do Emater-PI falecido no ano passado. A nova biblioteca fica localizada no prédio do Centro Regional do Emater-PI em Teresina - que também passou por ampla reforma - na Rua Coelho Rodrigues próximo a Escola Técnica Federal do Piauí.

Com instalações adequadas para atendimento ao público, a biblioteca funcionará diariamente de 8:00 às 12:00 horas e de 14:00 às 18:00 horas. A nova sede conta com mais de dois mil livros, 4.850 folhetos, 138 periódicos e 110 fitas de vídeo, além de 6 CDs-Room.

A biblioteca está inserida no Programa de Informatização do Emater-Pi (PINE), por isso conta, também, com um microcomputador interligado a Internet para melhor atender ao usuário. Noventa por cento do acervo bibliográfico são direcionados para o setor primário, especificamente aos alunos do Centro de Ciências Agrárias, técnicos não só do Emater-PI como também a todos os interessados em obter informações sobre a área.

O diretor administrativo-financeiro Jorge Lopes disse que o Emater-Pi caminha para o resgate total das ações do governo no setor primário. "A recuperação dos centros regionais e escritórios locais, assim como também a instalação de novas sedes são uma prova do trabalho desenvolvido pelo Emater-Pi, e mais, ainda, uma preocupação do Governo Mão Santa em desenvolver o Estado", acrescentou Jorge.

O principal objetivo da instalação e ampliação da biblioteca é o de levar informações atualizadas ao público em geral. Segundo o presidente Irismar Cavalcante, o órgão também vem trabalhando para oferecer aos servidores melhores con-



Irismar Cavalcante fala sobre as ações do Emater-Pi na inauguração da Biblioteca Dr. Oscar Braga Filho, no dia 31 de outubro passado.



Jorge Lopes, diretor administrativo do Emater-Pi, faz um balanço dos trabalhos desenvolvidos nestes meses de Governo Mão Santa.

dições de trabalho e no desenvolvimento das atividades de pesquisa e extensão rural. Irismar agradeceu ao apoio que o governo vem dando ao Emater-Pi, e fez questão de frisar que graças a esse apoio o governador tem reconhecido a atuação da atual diretoria.

O governador Mão Santa lembrou na ocasião a recuperação

de uma das maiores bibliotecas do estado, a Biblioteca Cromwell de Carvalho, que também passou recentemente por ampla reforma e atende grande parte da população. Ele reafirmou que a educação é prioridade do governo.

A solenidade de inauguração da Biblioteca "Oscar Braga Filho" foi prestigiada por secretários de

Estado, servidores do órgão, familiares e amigos do homenageado representados por Mônica Bastos Braga, mulher de Oscar Braga Filho que, na oportunidade, agradeceu emocionada, ao governador e aos diretores do Emater-Pi pelo reconhecimento ao trabalho de seu marido, um defensor das causas do Piauí.

Ética nas ações dos p

A ética é cada vez mais exigida nas ações dos profissionais de imprensa. Por conta disso, tratamento de imagens e utilização de câmeras de filmagens escondidas foram os grandes centros de discussão do XIV Encontro Nacional de Repórteres Fotográficos e Cinematográficos realizado em Brasília, de 17 a 20 de setembro, que reuniu cerca de 60 participantes, entre delegados e observadores de 14 Estados. Recheado de novidades, o Encontro promoveu pela primeira vez um concurso fotográfico entre os delegados eleitos patrocinado pela Leica. Os prêmios foram entregues por Norbert Strauch da Leica, vice-presidente da empresa alemã, responsável pela premiação.

Com tema livre, o primeiro lugar ficou com Jorge Cardoso, de Brasília/Jornal Correio Braziliense, com a foto "Massacre em Eldorado dos Carajás", recebendo como prêmio uma Leica M6. Para dar oportunidade a todos, duas outras câmeras foram sorteadas, e os contemplados foram os fotojornalistas Adalberto Diniz (Fenaj/Rio) e Cristina Rufato (SP).

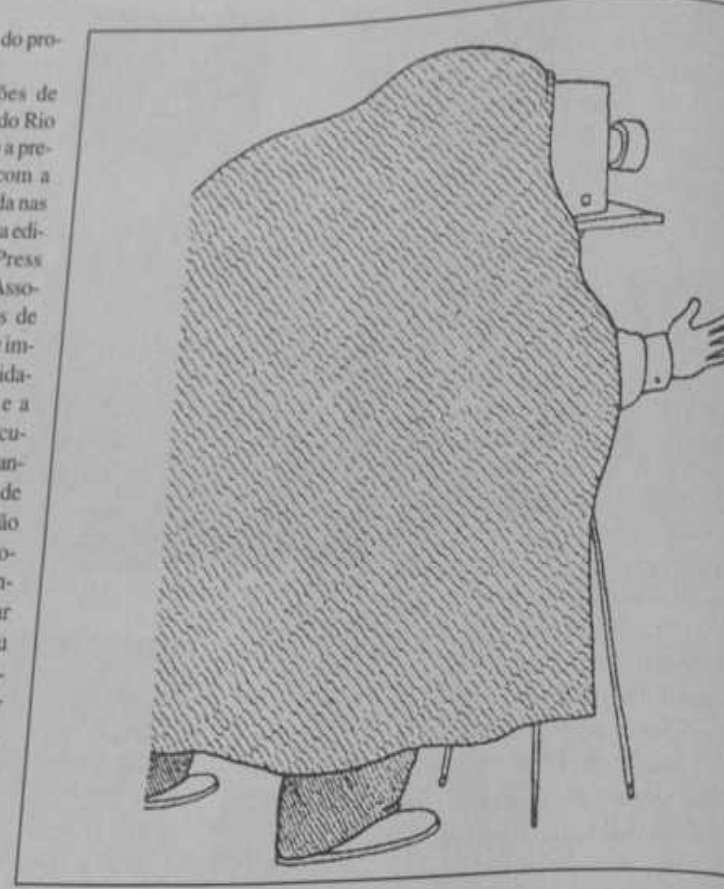
Na esteira de vários assuntos discutidos, dois pontos geraram polêmicas e, por isso, a discussão aprofundada e deliberação sobre eles foi adiada para o Encontro Extraordinário, em Canelas (RS), a ser marcado: a inclusão das questões específicas dos profissionais de imagem no Departamento de Mobilização em Assessoria de Imprensa da Federação Nacional dos Jornalistas (Fenaj) que passaria a ser denominado "... e de Cinefotografismo", alterando o Estatuto da Federação, e a criação da Associação Nacional de Repórteres Fotográficos e Cinematográficos, que reuniria as Arfocs estaduais.

Os desafios e tentações provenientes das tecnologias eletrônicas emergentes deram a tônica do XIV Encontro. O acesso cada vez maior do público aos trabalhos dos profissionais de imagem e a tecnologia cada vez mais avançada nesta área determinam a necessidade de conhecer e dominar todo o processo, desde a câmera até a impressão/divulgação final. Estes fatores irão garantir a credibilidade e a veracidade da informação contida nos traba-

lhos, e o lugar, e o bom nome do profissional no mercado.

Baseado em declarações de princípios éticos, a delegação do Rio de Janeiro levou tese revelando a preocupação dos fotojornalistas com a manipulação de imagens, calcada nas regras para utilização eletrônica na edição fotográfica da National Press Photographers Association Inc. (Associação Nacional dos Fotógrafos de Imprensa dos Estados Unidos) que imputa ao fotojornalismo responsabilidades em documentar a sociedade e a preservar estas imagens como documentos da memória histórica, acreditando que a linha mestra da profissão de jornalista é a exatidão. Por isso, não aceita alterar o conteúdo de uma fotografia, permitindo desta maneira o engano do público. Sendo assim, alterar eletronicamente uma foto, é alterar seu conteúdo. Isto deixa de lado a honestidade e a exatidão, a ética. Qualquer nível de alteração quebra as normas éticas estabelecidas pela NPPA, adotadas mundialmente, em 91.

Existem diferentes graus de alterações, maior ou menor. Maiores ou Essenciais seriam as que alteram a natureza da imagem; Menores ou Alterações Acidentais, as que alterada a fotografia não se alteraria a essência da imagem - onde entram as alterações técnicas; para retirar a sujeira das fotos ou eliminar ruídos de linha durante as transmissões por telefone (lines hits) -, que permitem "limpar" uma foto. A maioria das alterações técnicas são aceitas como éticas, sem discussão, enquanto as Essenciais e Acidentais não. Foi estabelecida - pelo Código de Ética - uma lista das funções eletrônicas de manipulação (ou editoração) e uma comparação com sua correspondente função no laboratório convencional, que jornais e revistas, comprometidos com a ética, devem observar. São 7 áreas onde, provavelmente, os problemas vão ocorrer: controle de contraste, para melhorar o foco; corte da foto, delimitando a área a ser vista; queimar e/ou proteger a foto em laboratório, interferindo na "interpretação" do fotógrafo; duplicação, para eliminar sujeiras ou ruídos; correção de cores, para ajuste



de diferentes temperaturas de cor; sharpen unicamente eletrônica), para "melhorar a impressão de foco"; flopping, inversão da imagem do negativo (ver boxe).

Câmeras escondidas, utilizadas agora em larga escala pelas tvs, muitas vezes contra a vontade dos repórteres cinematográficos, também mereceram destaque na discussão sobre ética. O uso deste expediente nem sempre obedece a regras claras e específicas - se o fato é relevante ou não -, escamoteando, em alguns casos, apuração malfeita ou incorrendo em invasão de privacidade. O início se deu em jornal impresso, em 1928, nos EUA, e cinquenta anos depois foi proibida sua utilização pela mídia impressa. Neste meio-tempo, no final dos anos 50, começou a ser usada pelas tvs, mas ainda grandes e difíceis de trabalhar. Em 1989, aparecem as câmeras do tamanho de um batom (fabricadas pela Toshiba e pela Elmo) com custo mínimo e depois de sucessi-

vos "casos" polêmicos, a Sociedade de Jornalistas Profissionais e o Instituto Poynter de Estudos dos Meios de Comunicação criaram normas para o uso de microcâmeras escondidas. "Jornalismo com Ética" recomenda que a utilização em reportagem só aconteça se for de extrema importância ou seja: não existe outro meio de se conseguir a informação e esta tenha mais peso (importância) do que o prejuízo (ético) causado pela gravação em segredo. "Ser dissecado por milhões de olhos sem saber ou poder reagir causa prejuízos incalculáveis a qualquer ser humano".

Mesmo norteada por normas, a utilização indiscriminada de microcâmeras no exterior desencadeou uma avalanche de causas judiciais, indenizações por danos morais e pedidos de desculpas no ar. Pela análise da Sociedade dos Jornalistas (EUA) o simples fato de se gravar uma conversa escondido pode reforçar a impressão de que existe culpa do "entrevistado",

Profissionais de imprensa



Aras

Caminhos éticos para a utilização de câmeras escondidas em trabalho para televisão

- o Quando a informação a ser obtida é de extrema importância, de interesse público vital: revelação de uma "falha do sistema" nos níveis mais altos de uma sociedade; impedir prejuízos profundos para indivíduos ou para a comunidade.
- o Quando todas as outras alternativas para obter a informação já se esgotaram.
- o Quando as pessoas envolvidas e suas organizações jornalísticas aplicarem critérios de excelência, através das melhores técnicas e da dedicação do tempo e recursos necessários para apurar a reportagem de modo completo.
- o Quando o dano evitado pela informação revelada através da câmera escondida supera o dano causado pelo ato de esconder a câmera.
- o Quando os jornalistas envolvidos participem do processo de decisão.

Funções eletrônicas de manipulação de fotos que devem ser observadas para não infringir a ética

- 1- Controle de contraste: técnica básica do laboratório convencional aceita para melhorar a impressão de foco, portanto entendida da mesma forma quando feita eletronicamente.
- 2- Queimar e proteger: manipulações básicas e interpretativas de laboratoristas habilidosos e bons fotógrafos. Queimar em demasia é hoje considerado inaceitável, tanto em processo convencional quanto eletrônico. O receio dos profissionais é que o "olho" não-treinado do laboratorista queime e/ou proteja por ele e tome seu lugar na função de intérprete. Mas os recursos só irão ferir a ética quando alterarem o significado da foto ou não representarem a realidade.
- 3- Corte ou enquadramento: por convenção, é permitido ao fotógrafo ou editor determinar a área do fotograma a ser vista; os 4 lados delimitados no enquadramento definem os limites da imagem e nada poderá ser acrescentado ou eliminado da cena definida.
- 4- Recorte e colagem/Fotomontagem (ou duplicação): uma das mais polêmicas, pois envolve o momento decisivo e, que por isso, não é aplicável aos computadores - com as novas "ferramentas" tecnológicas a tentação é dobrada. O princípio básico é o da natureza inviolável do momento. Se o instante passou, a foto foi perdida, não é ético acrescentar ou mover pontos para recriar o momento. Uma das defesas pela alteração é, por exemplo, em futebol. Dizem alguns: "Alguns instantes atrás a bola estava aqui. Então qual é a diferença?". A ética está exatamente aí: destruir a precisa relação íntima de uma imagem com um determinado momento no tempo é alterar a verdade da foto, sua exatidão. É inaceitável em um documentário jornalístico onde se deve empregar as convenções próprias ao documentário fotojornalístico. O público leitor espera esta consciência e princípio do fotojornalista. Já a duplicação (clonagem) é aceita para remover sujeiras ou ruídos nas transmissões de fotos, sendo encarada como técnica. O lápis para retocar estas imperfeições técnicas nos laboratórios convencionais é compatível com os comandos spot tone e pencil nos eletrônicos.
- 5- Correção de cores: dentro de uma escala global e abrangendo toda a área do negativo no processo de ampliação. Foge à regra, alterar apenas uma cor ou parte da foto, uma vez que o olho humano não funciona desta maneira (o olho ajusta-se às diferentes temperaturas de cor, o filme não).
- 6- Sharpen: polêmica, pois envolve novidades no processo eletrônico. Esta função não "coloca" foco em uma foto desfocada, pode "melhorar a impressão de foco", aumentando o contraste

deixa implícito de que há algo errado. Portanto, "o simples fato de se obter informação deste jeito levanta uma questão ética", porque este recurso tende a fazer qualquer coisa parecer suspeita. "A tecnologia não tem ética, e cabe aos profissionais de imprensa garantir que ela seja usada com ética".

Por isso, hoje, as normas são mais rígidas e as regras de utilização mais observadas. Isso permite visualizar seu lado jornalístico. Quando utilizadas dentro das regras, as microcâmeras não deixam saídas para mentiras e artimanhas. O ideal é usá-las em lugares públicos, onde não existe violação de privacidade. Se o governo não pode invadir a residência particular do cidadão sem forte motivo e amparado por meios legais (garantia constante na maioria das Constituições), a grande imprensa menos ainda (ver box). O uso de microcâmeras também envolve a relação da equipe com os editores e com a ideologia da empresa. Na maioria das

vezes os repórteres não são ouvidos na decisão de utilizá-las ou não; são usadas desnecessariamente, fugindo à linha editorial; alimenta a "preguiça" profissional, à corrida ao "flagrante", a caça aos prêmios, deixando de lado a apuração profunda, a verdade dos fatos; endossa a inversão do jornalismo investigativo em investigação policial.

Os participantes aprovaram uma Moção de Protesto sobre a exclusão do repórter-cinematográfico Francisco Romeu da premiação do Libero Badaró, concurso organizado pela revista Imprensa. Autor das imagens que registraram a violenta ação de policiais militares paulistas na Favela Naval, em Diadema, "Pica-Pau", como é conhecido no meio profissional, ficou de fora da premiação concedida à reportagem da qual fez parte, o que os profissionais de imagem consideram discriminação, demonstrando o processo de exclusão que ainda sofrem os repórteres-cinematográficos brasileiros.

entre os grupos de pixel (grão digital de uma foto arquivada eletronicamente). Para se refletir se o processo é ético ou não, duas perguntas devem ser respon-

das. A função sharpening altera a exatidão da informação contida na foto? Modifica a integridade do momento; o foco é uma parte essencial do momen-

to ou somente um "acidente" da mão do fotógrafo?

7 - Flopping: A inversão da imagem do negativo permitida tanto no labo-

ratório eletrônico quanto no convencional (quando se coloca o negativo ao contrário no ampliador) dá o mesmo resultado e é procedimento que foge a ética.

Profissionais de imagem encaminham pedido de isenção para importação de equipamentos

Aproveitando a ocasião, a Executiva Nacional dos Repórteres Fotográficos e Cinematográficos (Enarfoc), Federação Nacional dos Jornalistas (Fenaj) e o Sindicato do Distrito Federal (SJP/DF) entregaram um documento em mãos ao presidente Fernando Henrique Cardoso pedindo alíquota zero para a importação de equipamentos fotográficos, cinematográficos e notebooks para profissionais devida-

mente registrados na DRT, órgão do Ministério do Trabalho, e sindicalizados. "O Brasil passa, hoje, por uma fase de modernização, com a tendência a tornar-se altamente competitivo no mercado internacional, na área de cinefotogrametria. Entretanto, os profissionais brasileiros estão limitados, já que esbarram no alto preço dos equipamentos, decorrente da elevada alíquota de Imposto de Importação.

Os equipamentos dos profissionais de imagem estão defasados em relação ao resto do mundo, que utiliza material altamente avançado, acarretando desatualização. No momento, inclusive, o mundo parte para a digitalização da imagem, possibilitando um produto de alta definição.

A defasagem é ainda maior devido à falta de compreensão dos proprietários de empresas jornalísticas, que

não firmam contratos de cessão de direitos patrimoniais das fotografias e imagens de tvs, nos jornais, televisão, entre outros meios de comunicação.

...Esperamos pela alta compreensão de Vossa Excelência para que a sociedade tenha uma informação altamente definida".

Retirado do jornal Paparazzi, da Arfoc/RJ, out. 97.



Cohab inaugura primeira etapa do Condomínio Verde Te Quero Verde, conquistando o respeito de toda comunidade piauiense.

Cohab em Ação

A Cohab inaugurou a primeira etapa do Condomínio Verde Te Quero Verde com 160 apartamentos. O governador Francisco Moraes Souza presidiu a solenidade com o descerramento da placa de inauguração do empreendimento que fica localizado numa área arborizada próxima ao Bairro Tabuleta.

O presidente da Cohab Elias Prado Júnior informou que a Companhia começa a construir a segunda etapa do Condomínio, este mês, com mais 128 apartamentos. São os blocos Cedro, Cajueiro, Carnaúba e Caneleiro.

O Verde faz parte do programa de construção pelo sistema de auto-financiamento, sendo três condomínios já lançados. As unidades do Verde Te Quero Verde foram entregues aos clientes no mês de agosto, de acordo com o cronograma preestabelecido. No total são 640 apartamentos de dois e três quartos com suíte. Fica localizado próximo ao Ceasa, num local

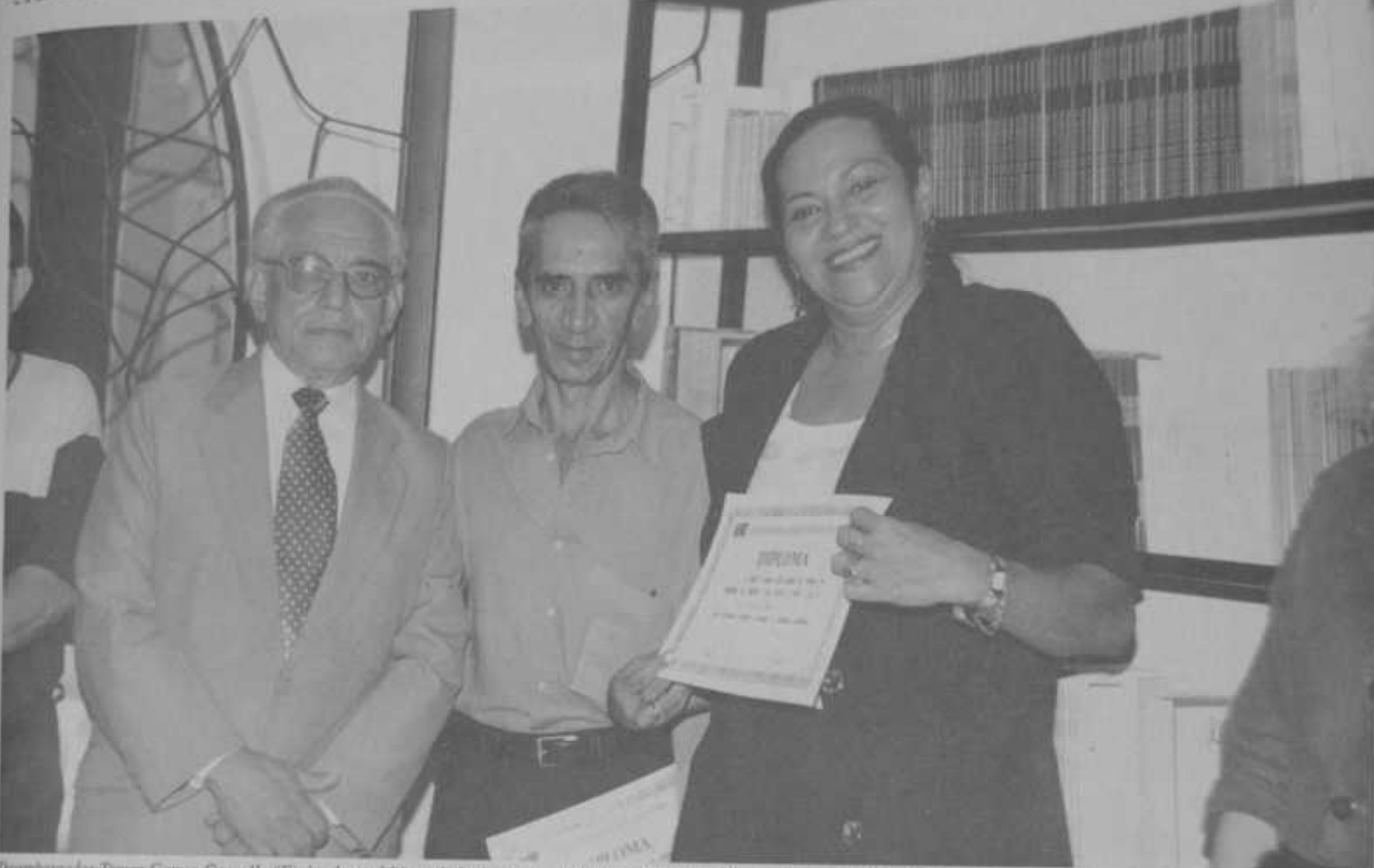
totalmente arborizado. Conta ainda com área para lazer e cooper e de apoio para uso comum. A Cohab investiu nesta etapa R\$ 1,42 milhão. Agora em novembro dará início à construção da 2ª etapa.

Há doze anos a Cohab não construía apartamentos para a população. Com o sucesso do Verde, a Companhia lançou o Sol, Céu, Brisa e Mar que será construído em frente à praia de Atalaia no litoral piauiense. Tem o mesmo padrão de construção do verde, só que com varanda. O condomínio terá quatro blocos com 128 apartamentos de dois e três quartos.

A entrega dos apartamentos será em 12, 18 e 24 meses após a assinatura do contrato com os clientes. Os valores das unidades variam de R\$ 17 mil a R\$ 24 mil com financiamento em até 98 meses.

O último empreendimento lançado foi o Condomínio Alô Teresina para os oficiais da Polícia Militar.

RETRANCA



Dezembargador Tomaz Gomes Campêlo (E), intelectual 96, ao lado de Aquiles Nogueira, do MEC, e da escritora Lisete Napoleão na abertura da Livraria A. Tito Filho da UBE/PI.

Intelectual do Ano de 97

Estarão abertas até o dia 04 de dezembro as inscrições para o Prêmio Fontes Ibiapina - Intelectual do Ano de 1997. A votação acontecerá no dia 14 e a solenidade de entrega da premiação se dará no dia 20 do mesmo mês, no Elys Regina, o espaço cultural mais agitado da Capital.

O Prêmio Fontes Ibiapina - Intelectual do Ano é conferido, anualmente, pela União Brasileira de Escritores do Piauí, UBE/PI, a quem, por sua atividade intelectual e serviços prestados à cultura, tenha se destacado durante o ano.

A indicação de candidato deverá ser encaminhada à UBE/PI, com antecedência de, no mínimo, 07 (sete) dias, em requerimento assinado por, no mínimo, 05 (cinco) sócios da UBE/PI, associação cultural ou academia de letras a que pertença o candidato ou ainda, pelo próprio, se assim preferir. É vedado a qualquer membro da UBE/PI assinar em mais de um requerimento.

Poderão votar na eleição de Intelectual do Ano, apresentando a devida comprovação os sócios da UBE/PI e de outras UBEs (do país), membros

de Academias de Letras, com sede no território nacional, escritores em geral.

A eleição se fará por voto direto e secreto, na sede da UBE-PI. Em se tratando de voto fora da capital, o mesmo deverá vir em envelope lacrado, com timbre característico, em nome da UBE/PI.

A diretoria da UBE/PI indicou Aline Cristina Barbosa Leite Moura, Deuzimar da Silva e Atta Karina de Carvalho Silva para, sob a presidência da primeira, compor a Comissão Eleitoral para a realização da eleição e apuração do resultado do Prêmio Fontes

Ibiapina. Deverá ser eleito o candidato que obtiver maioria simples de votos, e, havendo empate, será declarado vencedor o candidato mais idoso.

Já foram contemplados com o Prêmio Fontes Ibiapina - Intelectual do Ano os escritores O. G. Rêgo de Carvalho, Clídenor de Freitas Santos, Dagoberto Carvalho, José Afonso de Araújo Lima, Ramsés Ramos, Kenard Krueel, José Magalhães da Costa, Herculanô Moraes, Hardi Filho, Francisco Miguel de Moura e Tomaz Gomes Campêlo, este último eleito ano passado, 1996.

Tomaz Gomes Campêlo - Intelectual de 1996

Tomaz Gomes Campêlo, escritor, advogado, Juiz de Direito e Dezembargador do Tribunal de Justiça do Estado do Piauí, casado com Maria da Graça Soares Campêlo (Graci Campêlo), nasceu a seis de janeiro de 1926,

no município de Pedro II (PI). Corregedor Geral da Justiça do Piauí, professor de Direito Processual Civil da Escola Superior de Magistratura do Piauí, presidente da 2ª Câmara Especializada Cível do Tribunal de Justiça,

no exercício da Magistratura, a exemplo de outras funções que exerceu, recebeu de seus superiores elogios por pontualidade, competência e zelo.

Juiz de Direito da Vara de Família da Comarca de Teresina, foi tam-

bém juiz eleitoral das Comarcas de Alto Longá, Fronteiras, Beneditinos, Parnaíba, Bom Jesus, Amarante, Floriano, Elesbão Veloso, Picos, Regeneração, 2ª zona de Teresina e Picos. Obteve o primeiro lugar no concurso de Juiz de



Tomaz Gomes Campêlo na presidência do I Encontro Regional de Academias de Letras do Piauí, promovido em Campo Maior, no período de 14 a 16 de novembro do ano em curso.

Direito realizado no Piauí em 1959. Foi conselheiro da OAB - Secção do Piauí, em dois biênios, quando integrou a presidência do Conselho, como secretário e respondido pela presidência da instituição. Concurso de Promotor Público, no Ceará (1956) e no Piauí (1959); escriturário do JAPI (1957); e praticante de Tráfego V. do DASP, em 1950. Oficial de Administração do SPFDASP, 1964. Homenageado pela crônica com o troféu de Acadêmico do Ano de 1996.

Tomaz Gomes Campêlo presidiu a Comissão de Direito das Obrigações no I Simpósio sobre Projeto de Código Civil, no Rio de Janeiro. Participou de vários cursos promovidos pela Associação de Magistratura do Piauí e pela OAB/PI.

Fundador e presidente da APAE de Floriano (PI); Venerável da Loja

Maçônica Liberdade Teresinense; Foi presidente do Rotary Clube de Teresina - Jockey; Sócio efetivo (Higino Cunha) do Instituto Histórico e Geográfico Piauiense, é também, Patrono da Comarca e Fórum de Fronteiras (PI). Foi eleito vice-presidente da Associação dos Amigos do Museu do Piauí (1996), eleito presidente do Conselho Consultivo da UBE-PI.

Recebeu o título de Cidadão de Regeneração (1987) e o Título de Cidadão Fronteirense, de Cidadão Teresinense (1995) e de Cidadão Barrense (1996). Recebeu a medalha de Honra do Mérito, concedida pela sociedade de Pedro II; Mestre Maçon, Grau 33 e presidente do Ilustre e Poderoso Consistório Grau 33 Grande Oriente do Piauí. Homenageado com a aposição de seu retrato no fórum Desembargador Aluisio Ribeiro (Alto Longá). Con-

decorado pelo Governo do Piauí (governador Francisco de Moraes Sousa) coma Comenda da Ordem do Mérito Renascença do Piauí. Título de Intelectual do Ano de 1996 e Diploma do Mérito Da Costa e Silva, outorgados pela diretoria da UBE-PI.

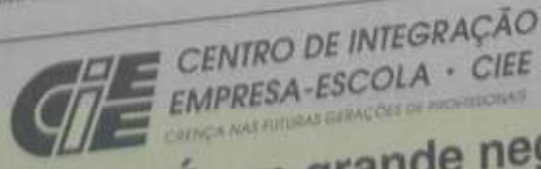
Escritor, autor de vários trabalhos publicados em jornais e revistas (Mafrense), é autor do livro "As cores do outono". Sobre o autor, observa o analista literário e escritor José Fortes Filho: "Há profundo sentimento no perfil cultural de Tomaz Gomes Campêlo. Criterioso no trato das letras, maneja a pena com alento. Texto limpo e sintético atesta seu valor intrínseco. A dedicação à atividade literária fá-lo sacrificar até mesmo a vida pessoal e familiar. A devoção não o envaidece, o que enaltece o mérito. Tem conduzido sua vida pública e privada com correção de

um ser simples, que sabe compreender as vicissitudes. A grandeza do seu caráter e a magnitude humanística elevam Tomaz Gomes Campêlo no conceito de seus pares.

Titular da Cadeira 2 da Academia de Letras do Vale do Longá, patronímica de Theodoro de Carvalho e Silva Castelo Branco, tendo sucedido a Pedro Alves Furtado. Sócio efetivo da Academia de Letras do Médio Parnaíba, titular da Cadeira 21.

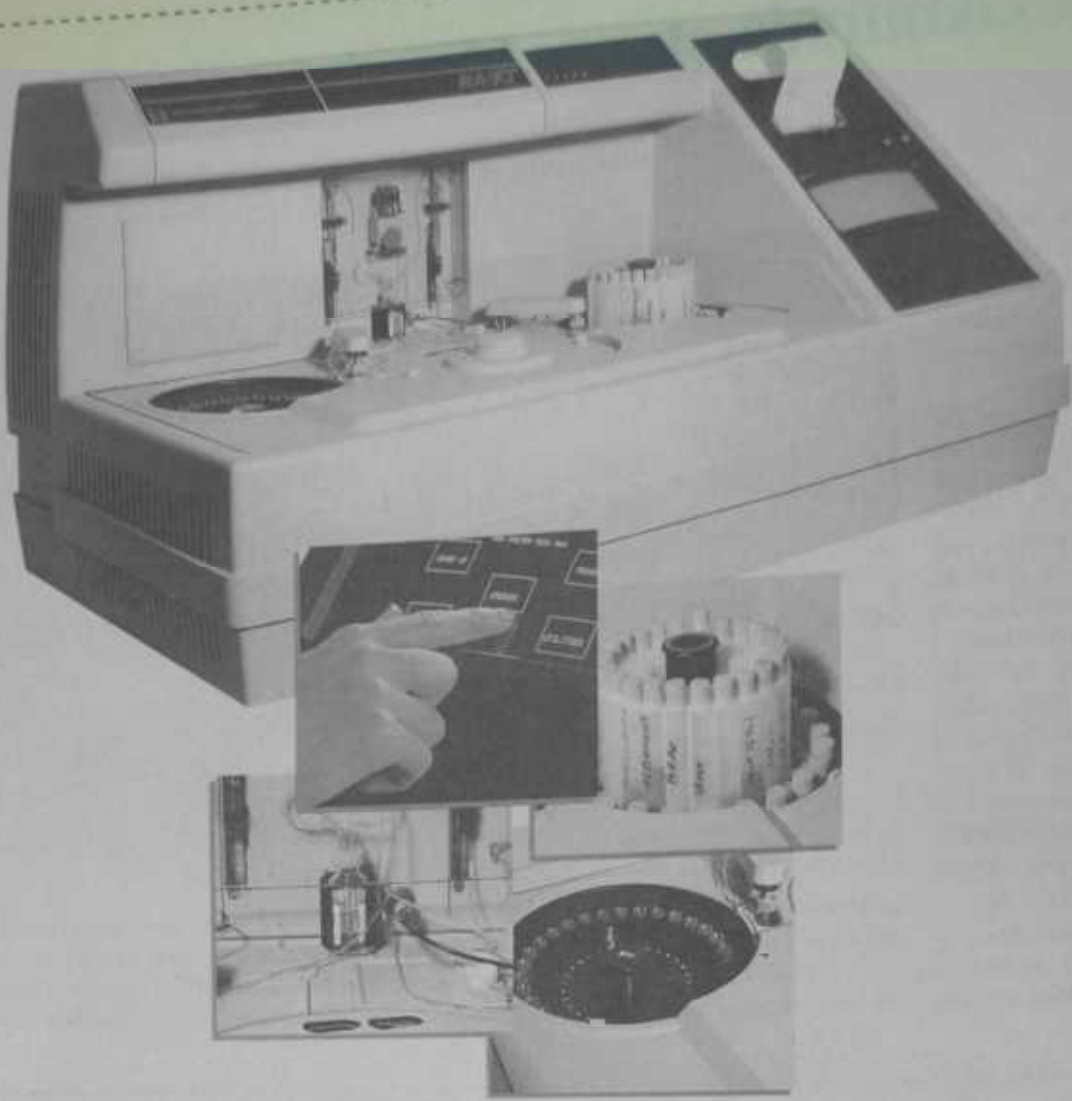
Tomaz Gomes Campêlo é o atual presidente da Academia de Letras do Vale do Longá (já no segundo mandato) uma das instituições culturais mais atuantes do Estado, com respaldo, hoje, internacional devido à seriedade e o nível de atividades que promove.

Endereço: Av. Senador Arêa Leão, 1651 - Jockey - Fone: 232-3109. Cep: 64.046-110 - Teresina-PI



Dê estágio. É um grande negócio.

Rua 24 de Janeiro, 611 - Norte, Sala 701 - Fones (088) 222 0302 - 222 0401 - CEP: 64.000-230 - Teresina - Paul



RA-XT: analisador bioquímico adquirido pelo IAPEP para atender mais e melhor aos seus conveniados

IAPEP investe na melhoria dos seus serviços

O IAPEP - Instituto de Assistência e Previdência do Estado do Piauí - está ampliando seus horizontes a cada dia, especialmente na área da saúde, onde conseguiu a aquisição de inúmeros equipamentos de última geração para o seu laboratório, dando assim maior agilidade e presteza no atendimento aos seus segurados. Entre os equipamentos que tornarão mais ágeis os exames laboratoriais podemos destacar o RA-XT e o Minividas.

O RA-XT é um aparelho moderníssimo que tem como função específica a execução de análises Bioquímicas em geral.

Contando com programação de até 127 metodologias, que estão memorizadas permanentemente no disquete, das quais 24 podem ser solicitadas simultaneamente para cada amostra, com uma velocidade de até 240 testes por hora.

Testes simples, múltiplos e perfis podem ser programados com nove diferentes combina-

ções e dez diferentes configurações de bandeja, com capacidade para 30 amostras, necessitando de 02 a 30 microlitros, dependendo do teste.

No RA-XT o sistema organiza a seqüência de testes em cada amostra, de acordo com a metodologia, aumentando, conseqüentemente, a produtividade do sistema.

As amostras de urgência são processadas imediatamente, inclusive quando o sistema está realizando uma rotina.

MINIVIDAS - Consiste em um aparelho com tecnologia de ponta, que une a moderna automatização de diferentes testes unitários, executados simultaneamente, possibilitando resultados rápidos, seguros, sensíveis e específicos nas áreas:

Imunologia (que é a detecção de anticorpos e marcadores tumorais); **Hormonologia** (detecção de hormônios); **Microbiologia** (detecção de antígenos e tóxicos, bactérias e drogas.

Animais ameaçados de extinção

JOSÉ ALVES FERREIRA

O porco d'água, conhecido vulgarmente como capivara, espécie rara no Nordeste, principalmente por ser nativo de regiões pantaneiras, encontra-se em extinção no Piauí, por ser um Estado de clima quente e seco.

Algumas grandes lagoas, por exemplo, a de Parnaíba, que já perdeu 40% de suas águas, já chegaram a abrigar este majestoso animal.

Aqui próximo de Teresina existe a lagoa do Salobro que ainda abriga um casal de Capivaras, que vem resistindo bravamente, com a ajuda do Ibama, a ação predatória do homem da região. Não faz muito tempo, a fêmea estava parida, com quatro filhotes, fugindo da perseguição dos pescadores que queriam aprisioná-la juntamente com os filhotes Capivaras. Foi aí que os ambientalistas interferiram e fizeram com que os pescadores parassem com a perseguição aos últimos remanescentes da raça naquele local, fazendo assim com que a família possa se multiplicar e mais



tarde possamos ver cenas como esta que a foto nos proporciona.

A natureza é linda, mas se não cuidarmos de sua preservação estare-

mos fadados a sucumbir com ela, todos sabemos disso. Assim sabendo é que pedimos encarecidamente ao IBAMA que aumente o número de fiscais

para combater as agressões constantes no meio ambiente, especialmente em terras piauienses, onde a ignorância campeia solta.



Livraria A. Tito Filho

Especializada em Autores Piauienses

Rua David Caldas, 195, Sul - Teresina - Piauí
Fones (086) 221 9272 - 221 0130 - 221 6335

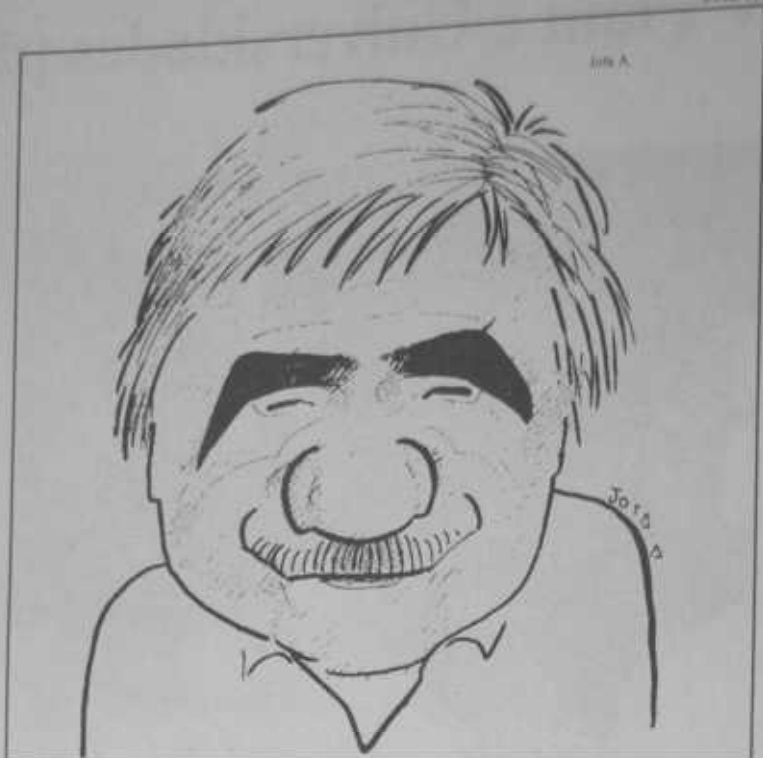
RETRANÇA

Visão Histórica da Literatura Piauiense

João A.

O jornalista e escritor Herculano de Moraes lançou às 18h30 dia 28 passado, no auditório da Associação Brasileira de Imprensa - ABI, no Rio de Janeiro, a sua Visão Histórica da Literatura Piauiense. O evento foi organizado pelo general João Evangelista Mendes da Rocha e pelo advogado e escritor José Ribamar Garcia e contou com as presenças da presidenta da Academia Brasileira de Letras, escritora Nélida Piñon, e do presidente da Associação Brasileira de Imprensa - ABI, jornalista Barbosa Lima Sobrinho, além dos escritores Alvaro Pacheco, Assis Brasil, Castro Aguiar, Eustachio Portella, Júlio Romão da Silva, Virmar Soares, João Paulo Reis Velloso, entre outros ilustres convidados.

EM BRASÍLIA - Herculano Moraes está, agora, programando para o próximo dia 2, o lançamento do livro em Brasília, atendendo convite da Associação Nacional de Escritores-ANE.



A escritora Cléa Rezende Neves de Melo, diretora cultural da ANE, é quem está à frente da organização. Durante o lançamento o escritor Herculano Moraes fará palestra sobre a atualidade literária do Piauí, oferecendo uma visão sumária da história cultural piauiense.

Herculano Moraes, ainda em Brasília, reunirá os últimos documentos para formalizar o projeto de criação da Universidade Regional do Vale do Longá, que deverá ser encaminhado ao MEC por todo o primeiro semestre de 1998, motivo de amplo debate no I Encontro Regional de Academia de Letras do Piauí, promovido em Campo Maior, no período de 14 a 16 do corrente mês, pela Academia de Letras do Vale do Longá, com o apoio da união Brasileira de Escritores (Seção Piauí) e do Sindicato dos Jornalistas do Piauí, além de outras entidades culturais e órgãos governamentais.



O governador Mão Santa e o presidente Olivaldo Gomes de Sousa inspecionando as obras do Reservatório.

Reservatório do Planalto Uruguai

A Companhia de Águas e Esgotos do Piauí S/A inaugurou no dia 17 de outubro passado um novo sistema de abastecimento de água, compreendendo uma adutora (extensão de 4,3 km que vai da avenida Presidente Kennedy ao Planalto Uruguai), um reservatório com capacidade para 2.200 metros cúbicos, e equipamentos úteis para funcionamento de todo o sistema, objetivando acabar, de uma vez por toda, com o sofrimento de cerca de 50 mil pessoas na zona leste de Teresina, mais especificamente nos bairros Bandeirante I, II e III, Taquari, Jeovane Prado, Vila Maria, Parque Mão Santa, Vila Padre Cícero e adjacências. Foram aplicados cerca de R\$ 2,5 milhões na obra.

Esta nova realidade possibilita a construção de 15 mil metros de rede, com uma abrangência de 50 mil pessoas. "Antes, no governo passado, só se ouviam lamentações, porque eles não gostavam de fazer obras

enterradas e nem de construir redes de esgotos. Tenho certeza que a população beneficiada verá o esforço do Governador Francisco de Moraes Sousa e da diretoria da Agespisa em resolver o seu problema de uma vez por toda", enfatizou Olivaldo Gomes de Sousa, presidente da Agespisa.

Os engenheiros responsáveis pela obra já estão testando toda a rede para garantir que cada residência receba água de boa qualidade, com mais força e constância. Até então as pessoas reclamavam com razão, já que estavam recebendo o produto apenas numa parte do dia.

A meta da direção da Agespisa é, até o final do governo Mão Santa, levar água para todos os bairros de Teresina e, ainda, para as demais cidades do interior do Piauí, onde a carência do produto é bem maior. Neste sentido, esforços estão sendo feitos junto ao governo federal para que as verbas sejam conseguidas junto ao Ministério do Planejamento.

Arquivo Agespisa

Convênio com FIDET gera recursos para a TV Piauí e Universidades piauienses

Luis Carlos

A Fundação Interamericana de Desenvolvimento Tropical (FIDET), com sede em Brasília (DF), deverá firmar convênio com a TV Piauí e Universidades piauienses para patrocinar o projeto de produção, co-produção e pós-produção de programas (documentários) gravados sobre as potencialidades econômicas e culturais do Estado que serão intercambiados entre 21 Estados brasileiros e 18 países latino-americanos a ela filiados, informou o diretor-executivo da emissora Genésio Araújo.

De acordo com o professor Osvaldo Lemos de Oliveira, coordenador do projeto da FIDET, em Brasília, que mantém contato com o jornalista José Fortes Filho, responsável pela diretoria comercial da TV Piauí, o programa terá a participação de professores e pesquisadores universitários piauienses que serão responsáveis por todas as fases de produção dos documentários gravados, representando um passo importante para o resgate dos nossos valores históricos, econômicos e culturais.



Genésio Araújo, diretor executivo da TV Piauí, apostando alto no nível da emissora.

Os documentários piauienses serão levados ao ar pela TV Piauí e por emissoras de televisão de 18 países da América Latina que integram a Fundação Interamericana de Desenvolvimento Tropical, que também enviarão documentários produzidos nas respectivas nações para serem gerados pela emissora piauiense, o que significa um avanço na modernização dos seus programas, o que, em consequência representa a conquista de maior audiência em razão dos assuntos regionais e internacionais abordados.

Os recursos para a execução do projeto são oriundos da Fundação Interamericana de Desenvolvimento Tropical, já disponíveis e garantidos pelos países-membros através de entidades internacionais de pesquisa e extensão universitária, que também irão beneficiar mais 20 Estados do Brasil, que ficarão encarregadas de enviar seus documentários para a TV Piauí, conforme anunciou o coordenador do projeto da FIDET professor Osvaldo Lemos de Oliveira.

**POUPAR COM
INTELIGÊNCIA
SEGURANÇA
E LIQUIDEZ
DIÁRIA**

**POU
pan
ça
CORRENTE
BEP**

**CONHEÇA AS
VANTAGENS
DA POUPAÇA
CORRENTE**

**SUA APLICAÇÃO
VALE POR DUAS**